NOVARA
CONSULTING GROUP

This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/07/07/the-credibility-trap-when-early-stage-deaf-and-disabled-governance-work-is-rejected-before-it-can-mature/.

A Armadilha da Credibilidade: Quando o Trabalho de Governança para Surdos e Pessoas com Deficiência em Estágio Inicial É Rejeitado Antes de Poder Amadurecer

Heather Grizzle · July 7, 2026

Deaf and disabled-led governance work is often rejected before it can mature. The credibility trap, and how due diligence differs from gatekeeping.

Conteúdo

1. O Trabalho em Fase Inicial É Confuso Antes de Ser Legível
2. A Margem Mais Estreita para o Trabalho Liderado por Pessoas Surdas e com Deficiência
3. A Diligência Devida Não É Controlo de Acesso
4. Por Que Isto Importa para a Governação de IA de Língua Gestual
5. O Argumento a Favor de Quadros de Avaliação Independentes
6. O Que o Trabalho Credível em Fase Inicial Deve ao Seu Público
7. O Que as Instituições Devem Perguntar Antes de Descartar o Trabalho Emergente
8. O Trabalho Pela Frente

Permite-se às tecnologias emergentes construir em público. Os quadros de responsabilização emergentes devem ter permissão para fazer o mesmo. A assimetria entre essas duas permissões não é incidental, nem é neutra.

Toda nova instituição passa por um período em que a sua substância ultrapassa a sua apresentação. A análise existe antes do papel timbrado. Isto não é incomum, e na maioria dos campos é perdoado. Mas para o trabalho de governação liderado por pessoas Surdas e com deficiência, o período de imperfeição inicial é tratado de forma diferente: não como uma fase de desenvolvimento, mas como um veredicto. O resultado é uma armadilha de credibilidade, um padrão circular segundo o qual o trabalho liderado por pessoas com deficiência não pode ser confiável até estar estabelecido, e não pode tornar-se estabelecido porque todo esforço em fase inicial é descartado por ainda não parecer totalmente formado. Este ensaio nomeia essa armadilha, distingue-a das exigências legítimas da diligência devida, e argumenta que o campo emergente da governação de IA de língua gestual não pode permitir que as duas se confundam.

O Trabalho em Fase Inicial É Confuso Antes de Ser Legível

O trabalho em fase inicial é frequentemente confuso antes de se tornar institucionalmente legível. Os websites são revistos. Os nomes dos quadros mudam. As divulgações públicas melhoram. As páginas de liderança são corrigidas. Os e-mails de contacto são consolidados. Nada disto é invulgar na vida inicial de um grupo de consultoria, iniciativa de investigação, projeto de advocacia ou quadro de governação. É, de facto, a textura normal da formação institucional. As organizações agora consideradas autoritativas em política de acessibilidade, desenvolvimento de normas e governação tecnológica passaram todas por versões de si mesmas que não sobreviveriam ao escrutínio que as suas formas maduras agora exigem.

O que importa nesse período não é se o trabalho já parece acabado. O que importa é se está a ser clarificado, corrigido e fortalecido de boa-fé: se os erros são reconhecidos em vez de defendidos, se o âmbito é declarado honestamente, e se o registo público melhora ao longo do tempo. A trajetória, não o polimento, é o sinal inicial significativo. Uma organização que corrige rapidamente os seus materiais e divulga o que ainda está em desenvolvimento está a comportar-se de forma credível, mesmo quando a sua infraestrutura ainda está visivelmente em construção.

A Margem Mais Estreita para o Trabalho Liderado por Pessoas Surdas e com Deficiência

Para o trabalho liderado por pessoas Surdas e com deficiência, contudo, a margem para a imperfeição inicial é muitas vezes muito mais pequena. Uma organização em

desenvolvimento pode ser julgada não pela qualidade da sua análise, pela necessidade das suas questões, ou pelo risco público que tenta abordar, mas por já se assemelhar ou não a uma instituição totalmente dotada de recursos. Uma referência desatualizada no website, uma biografia em falta, um endereço de e-mail genérico, ou uma presença pública imperfeita podem rapidamente tornar-se uma base para a rejeição. O trabalho não é avaliado pela sua substância. É rejeitado porque ainda não adquiriu o polimento que normalmente requer recursos, acesso, pessoal e confiança institucional para construir.

É aqui que a armadilha se fecha. As pessoas Surdas e com deficiência são rotineiramente instruídas a construir os seus próprios sistemas, produzir as suas próprias evidências, documentar os seus próprios danos, e criar as suas próprias ferramentas de governação. A instrução é dada de boa consciência, muitas vezes pelas mesmas instituições que recusaram construir essas ferramentas elas próprias. Mas quando esses sistemas começam na forma de fase inicial que todos os novos sistemas têm, são tratados como suspeitos precisamente porque estão em fase inicial. A circularidade é completa: não podemos ser confiáveis até estarmos estabelecidos, e não podemos tornar-nos estabelecidos se todo esforço em fase inicial é rejeitado por ainda não parecer estabelecido. O polimento, entretanto, não é distribuído de forma uniforme. É consequência do financiamento, do pessoal, das redes profissionais e do acesso institucional prévio, ou seja, consequência precisamente das exclusões que tornaram necessário o trabalho independente liderado por pessoas com deficiência em primeiro lugar.

Não podemos ser confiáveis até estarmos estabelecidos, e não podemos tornar-nos estabelecidos se todo esforço em fase inicial é rejeitado por ainda não parecer estabelecido.

A Diligência Devida Não É Controlo de Acesso

Nada disto é um argumento contra a diligência devida. A diligência devida importa, e importa mais, não menos, quando o trabalho diz respeito à acessibilidade, aquisições, confiança pública e comunidades com deficiência. As organizações voltadas para o público devem ser claras sobre quem são, o que fazem, quem as lidera, quais são os seus

conflitos, e como os seus quadros são desenvolvidos. Essa norma aplica-se ao Novara Consulting Group tão plenamente quanto se aplica a qualquer fornecedor, organização sem fins lucrativos, agência pública ou iniciativa de investigação. A transparência não é opcional neste campo, e nenhuma organização deve ser isenta dela com base em boas intenções ou pertença comunitária.

Mas há uma diferença entre diligência devida e controlo de acesso, e a diferença é tão processual quanto atitudinal. A diligência devida pede esclarecimento. O controlo de acesso trata a necessidade de esclarecimento como prova de ilegitimidade. A diligência devida distingue entre problemas de apresentação corrigíveis e defeitos substantivos. O controlo de acesso funde-os na mesma categoria. A diligência devida examina o trabalho. O controlo de acesso para no website. A primeira postura produz melhores instituições de ambos os lados da avaliação. A segunda produz apenas um campo mais silencioso, no qual as únicas vozes que sobrevivem ao escrutínio são as que chegaram já financiadas.

Por Que Isto Importa para a Governação de IA de Língua Gestual

Esta distinção não é abstrata. Importa de forma aguda no campo emergente da governação de IA de língua gestual, onde agências públicas, escolas, universidades, sistemas de saúde e organizações de deficiência são cada vez mais solicitadas a avaliar produtos que fazem alegações sobre acessibilidade, inclusão, automação e acesso linguístico. Muitas dessas alegações são altamente consequentes. Podem moldar decisões de aquisição, trabalho de interpretação, acesso de pessoas Surdocegas, comunicação de emergência, acesso educacional e conformidade com direitos civis. Um sistema de IA de língua gestual implementado num processo de admissão hospitalar ou numa sala de aula de escola pública não é uma novidade; é uma decisão de acesso com consequências legais e humanas.

No entanto, as ferramentas públicas disponíveis para avaliar essas alegações permanecem subdesenvolvidas. Pede-se aos responsáveis pelas aquisições que avaliem a validade linguística sem instrumentos linguísticos, que pesem as alegações de precisão dos fornecedores sem normas de verificação independentes, e que julguem a responsabilização comunitária sem qualquer quadro sobre o que a responsabilização perante as comunidades Surdas realmente exigiria. A infraestrutura avaliativa não acompanhou a comercial, e a lacuna entre ambas é onde ocorrem as falhas de governação.

O Argumento a Favor de Quadros de Avaliação Independentes

Essa lacuna é o espaço em que o trabalho de governação independente se torna necessário. As narrativas lideradas por fornecedores não podem ser a única fonte de verdade sobre os produtos dos fornecedores. A visibilidade em conferências não pode ser tratada como prova de responsabilização comunitária. As demonstrações técnicas não podem substituir o escrutínio das aquisições, e uma página de produto bem apresentada não pode substituir a avaliação independente. Se as instituições públicas vão comprar ou apoiar sistemas de IA de língua gestual, precisam de quadros que façam perguntas mais difíceis: sobre validade linguística, contexto de implementação, supervisão humana, governação da deficiência e resultados de acesso no mundo real, em vez de desempenho em testes de referência em condições controladas.

Quadros independentes deste tipo irão, quase por definição, começar fora das instituições existentes. É isso que a independência significa. Começarão pequenos, imperfeitos e pouco familiares, porque as instituições com os recursos para os construir de forma polida até agora recusaram-se a construí-los de todo. Os quadros em fase inicial liderados por pessoas Surdas e com deficiência devem ser escrutinados. Devem também ter uma oportunidade justa de amadurecer. Essas duas afirmações não estão em conflito. O trabalho sério melhora através do desafio, da revisão, da divulgação e da responsabilização pública. Não melhora quando é descartado antes de a substância ser considerada.

A norma, no mínimo, deve ser consistente. Se um fornecedor de IA de língua gestual pode iterar, rebatizar, rever alegações, mudar parcerias e atualizar a linguagem do produto, continuando a ser tratado como inovador, então o trabalho de governação liderado por pessoas Surdas e com deficiência não deve ser desqualificado por passar pelo mesmo processo de desenvolvimento. Se às empresas de tecnologia emergentes é permitido construir em público, os quadros de responsabilização emergentes devem também ter permissão para construir em público.

O Que o Trabalho Credível em Fase Inicial Deve ao Seu Público

O ónus não recai apenas sobre os avaliadores. O trabalho de governação em fase inicial tem as suas próprias obrigações, e cumpri-las é como a credibilidade se conquista,

não se reivindica. Credibilidade não deveria significar já aprovado institucionalmente. Credibilidade deveria significar suficientemente transparente para ser examinado, suficientemente sério para ser desafiado, e suficientemente responsável para ser corrigido.

Para as organizações em fase inicial, essa norma tem conteúdo concreto. Significa nomear o que ainda está em desenvolvimento, em vez de apresentar a aspiração como conquista. Significa corrigir rapidamente os materiais públicos quando os erros são identificados. Significa divulgar afiliações, conflitos e independência claramente, para que os leitores possam ponderar o trabalho com informação completa. Significa separar o que um quadro pode atualmente demonstrar daquilo que espera eventualmente provar. E significa tornar o trabalho mais fácil de verificar ao longo do tempo: publicar métodos, documentar revisões, e deixar um registo público que recompensa o escrutínio em vez de o desviar. Uma organização em fase inicial que faz estas coisas não está a pedir indulgência. Está a pedir para ser avaliada nos mesmos termos que qualquer outra.

O Que as Instituições Devem Perguntar Antes de Descartar o Trabalho Emergente

Para as instituições que avaliam o trabalho liderado por pessoas Surdas e com deficiência, a credibilidade exige igualmente uma norma de envolvimento melhor do que um simples olhar à presença pública. Pergunte quem lidera o trabalho. Pergunte como o quadro foi desenvolvido. Pergunte que evidência utiliza e o que ainda não afirma provar. Pergunte como os conflitos são geridos. Pergunte que comunidades estão representadas e quais ainda estão ausentes da mesa. Estas são perguntas legítimas, e o trabalho sério em fase inicial irá acolhê-las.

> **A PERGUNTA RELEVANTE**
>
> A pergunta relevante nunca é se uma organização já se parece com as instituições que um avaliador reconhece. A pergunta relevante é se a sua análise é sólida, se as suas questões são necessárias, e se a sua conduta é responsável.

Mas não confunda lacunas de infraestrutura inicial com ausência intelectual. Não confunda uma presença pública em desenvolvimento com falta de especialização. Não

confunda autoridade pouco familiar com ilegitimidade. A pergunta relevante nunca é se uma organização já se parece com as instituições que um avaliador reconhece. A pergunta relevante é se a sua análise é sólida, se as suas questões são necessárias, e se a sua conduta é responsável. Uma avaliação que não consegue distinguir entre estas duas perguntas não é diligência devida. É reconhecimento de padrões baseado em privilégio.

A questão mais profunda, no final, é estrutural e não episódica. É o padrão pelo qual se pede às pessoas Surdas e com deficiência que produzam governação, evidência e responsabilização, e depois são penalizadas porque o seu trabalho ainda não parece ter sido produzido pelas próprias instituições que as excluíram.

O Trabalho Pela Frente

O Novara Consulting Group continua a desenvolver o SLAT Index, o Sign Language Access Trust Index, como um quadro de avaliação independente para o acesso, governação e prontidão para aquisição de IA de língua gestual. Esse trabalho exigirá materiais públicos mais claros, linguagem de divulgação mais forte, e uma explicação mais precisa do âmbito. Essas melhorias já fazem parte do processo, e são nomeadas aqui porque nomeá-las faz parte da norma que este ensaio defende.

Mas o princípio maior vai além do Novara. O trabalho de governação em fase inicial liderado por pessoas Surdas e com deficiência merece um escrutínio rigoroso. Merece também uma oportunidade justa de amadurecer, tornar-se público e institucionalmente útil. Rejeitá-lo simplesmente porque ainda não adquiriu polimento institucional protege o status quo. Não protege as comunidades Surdas e com deficiência. Se a governação da acessibilidade vai ser credível, não pode reconhecer autoridade apenas depois de o poder já a ter abençoado.

> **TIPS**
>
> Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

SUPPORT NCG

NCG does this work without vendor money, so our findings stay ours. If it has been useful to you, you can support NCG's independent work here. NCG is a for-profit company, not a charity. Contributions are not tax-deductible and buy no service or influence.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, July 7). A Armadilha da Credibilidade: Quando o Trabalho de Governança para Surdos e Pessoas com Deficiência em Estágio Inicial É Rejeitado Antes de Poder Amadurecer. Novara Consulting Group. https://www.novaracg.com/pt/2026/07/07/the-credibility-trap-when-early-stage-deaf-and-disabled-governance-work-is-rejected-before-it-can-mature/